

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	52
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	53
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	54
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2021</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	880.653.030
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>880.653.030</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	1
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>1</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
1	Ativo Total	12.691.806	12.452.644
1.01	Ativo Circulante	4.470.770	4.417.515
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	841.320	938.375
1.01.02	Aplicações Financeiras	404.849	705.878
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	404.849	705.878
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	404.849	705.878
1.01.03	Contas a Receber	2.060.520	2.039.712
1.01.03.01	Clientes	2.060.520	2.039.712
1.01.04	Estoques	12.295	10.266
1.01.06	Tributos a Recuperar	70.027	65.119
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	70.027	65.119
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a compensar	507	667
1.01.06.01.02	Outros tributos a compensar	69.520	64.452
1.01.07	Despesas Antecipadas	37.981	29.308
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.043.778	628.857
1.01.08.03	Outros	1.043.778	628.857
1.01.08.03.01	Outros créditos	325.118	263.841
1.01.08.03.02	Derivativos	194.602	22.459
1.01.08.03.06	Ativo financeiro setorial	524.058	342.557
1.02	Ativo Não Circulante	8.221.036	8.035.129
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.746.554	5.640.766
1.02.01.04	Contas a Receber	85.480	67.701
1.02.01.04.01	Clientes	85.480	67.701
1.02.01.07	Tributos Diferidos	202.009	311.368
1.02.01.07.02	Créditos fiscais diferidos	202.009	311.368
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	7.044	1.224
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	5.452.021	5.260.473
1.02.01.10.03	Derivativos	627.330	621.184
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	395.149	396.854
1.02.01.10.06	Outros tributos a compensar	78.084	74.098
1.02.01.10.07	Ativo financeiro da concessão	4.342.870	4.159.774
1.02.01.10.10	Outros créditos	8.588	8.563
1.02.04	Intangível	2.474.482	2.394.363
1.02.04.01	Intangíveis	2.474.482	2.394.363
1.02.04.01.02	Intangíveis	1.800.784	1.807.257
1.02.04.01.03	Ativo contratual em curso	673.698	587.106

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
2	Passivo Total	12.691.806	12.452.644
2.01	Passivo Circulante	3.449.364	3.162.857
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	46.989	42.986
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	46.989	42.986
2.01.01.02.01	Obrigações estimadas com pessoal	46.989	42.986
2.01.02	Fornecedores	1.352.264	1.627.663
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.352.264	1.627.663
2.01.03	Obrigações Fiscais	393.676	411.493
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	85.009	103.244
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.345	5.247
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social - PIS	12.365	12.378
2.01.03.01.03	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	57.268	57.345
2.01.03.01.04	Outras obrigações Federais	13.031	12.718
2.01.03.01.05	IRRF sobre Juros sobre o Capital Proprio	0	15.556
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	306.697	305.905
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	306.697	305.905
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.970	2.344
2.01.03.03.01	Outras obrigações Municipais	1.970	2.344
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	661.580	162.709
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	650.241	149.590
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	75.955	73.928
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	574.286	75.662
2.01.04.02	Debêntures	11.339	13.119
2.01.04.02.01	Debêntures	11.339	13.119
2.01.05	Outras Obrigações	994.855	918.006
2.01.05.02	Outros	994.855	918.006
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	230.843	230.843
2.01.05.02.04	Entidade de Previdência Privada	230.372	154.688
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	485.311	490.999
2.01.05.02.08	Taxas regulamentares	48.329	41.476
2.02	Passivo Não Circulante	8.159.719	8.450.496
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.824.850	6.098.033
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.641.983	3.934.741
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	893.114	888.686
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.748.869	3.046.055
2.02.01.02	Debêntures	2.182.867	2.163.292
2.02.01.02.01	Debêntures	2.182.867	2.163.292
2.02.02	Outras Obrigações	2.190.107	2.210.512
2.02.02.02	Outros	2.190.107	2.210.512
2.02.02.02.03	Entidade de Previdência Privada	1.904.583	2.011.934
2.02.02.02.08	Outras Contas a Pagar	31.450	21.552
2.02.02.02.09	Passivo Financeiro Setorial	250.391	169.698
2.02.02.02.10	Fornecedores	3.683	7.328
2.02.04	Provisões	144.762	141.951
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	144.762	141.951

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.306	3.098
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	74.381	72.655
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	67.312	65.438
2.02.04.01.05	Outros	763	760
2.03	Patrimônio Líquido	1.082.723	839.291
2.03.01	Capital Social Realizado	1.325.848	1.325.848
2.03.02	Reservas de Capital	126.767	126.767
2.03.02.07	Outros	126.767	126.767
2.03.04	Reservas de Lucros	848.885	848.885
2.03.04.01	Reserva Legal	171.913	171.913
2.03.04.11	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	676.972	676.972
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	246.813	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.465.590	-1.462.209

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.158.607	2.636.237
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.581.595	-2.081.389
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-2.102.297	-1.705.045
3.02.02	Custo de Operação	-232.413	-205.348
3.02.03	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-246.885	-170.996
3.03	Resultado Bruto	577.012	554.848
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-161.134	-168.241
3.04.01	Despesas com Vendas	-78.898	-79.380
3.04.01.01	Amortização	-529	-351
3.04.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-23.565	-22.091
3.04.01.03	Outras despesas com vendas	-54.804	-56.938
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-81.556	-82.554
3.04.02.01	Amortização	-9.732	-9.005
3.04.02.02	Outras despesas gerais e administrativas	-71.824	-73.549
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-680	-6.307
3.04.05.02	Outras despesas operacionais	-680	-6.307
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	415.878	386.607
3.06	Resultado Financeiro	-31.120	91.627
3.06.01	Receitas Financeiras	81.116	168.144
3.06.02	Despesas Financeiras	-112.236	-76.517
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	384.758	478.234
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-137.945	-169.575
3.08.01	Corrente	-26.844	2.155
3.08.02	Diferido	-111.101	-171.730
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	246.813	308.659
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	246.813	308.659
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,28000	0,35000

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	246.813	308.659
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-3.380	198.325
4.02.01	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros líquidos dos efeitos tributários	-3.380	29.284
4.02.04	Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	0	169.041
4.03	Resultado Abrangente do Período	243.433	506.984

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-133.914	390.332
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	533.752	525.531
6.01.01.01	Lucro Líquido antes da CSLL e IRPJ	384.758	478.234
6.01.01.02	Amortização	75.804	70.531
6.01.01.03	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	7.813	12.356
6.01.01.04	Encarg Dívidas e Atualizações Monetárias e Cambiais	1.908	-94.415
6.01.01.06	Perdas na Baixa de Ativo Não Circulante	-108	5.496
6.01.01.08	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	23.565	22.091
6.01.01.11	Despesa (receita) com entidade de previdência privada	40.012	31.238
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-667.666	-135.199
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-62.028	128.233
6.01.02.03	Tributos a Compensar	-8.894	65.014
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	3.221	-3.337
6.01.02.05	Contas a Receber CDE	-39.485	4.678
6.01.02.06	Ativo Financeiro Setorial	-178.920	26.724
6.01.02.10	Outros Ativos Operacionais	-108.379	-100.058
6.01.02.11	Fornecedores	-279.043	-253.981
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-29.745	-47.025
6.01.02.13	Outros Tributos e Contribuição e Sociais	-14.916	10.060
6.01.02.14	Outras obrigações com entidade de previdência privada	-71.679	-35.516
6.01.02.15	Encargos de Dívidas e Debêntures Pagos	-42.377	-40.147
6.01.02.16	Taxas Regulamentares	6.853	-101.995
6.01.02.17	Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	-9.315	-52.271
6.01.02.18	Passivo financeiro setorial	75.361	164.520
6.01.02.19	Contas a pagar - CDE	-6.921	15.139
6.01.02.20	Outros Passivos Operacionais	98.601	84.763
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	54.492	146.822
6.02.01	Títulos e Valores Mobiliários, Cauções e Depósitos Vinculados	300.008	302.458
6.02.05	Adições Ativo contratual	-245.516	-155.636
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-17.633	887.199
6.03.01	Captação de Empréstimos e Debêntures	0	1.180.452
6.03.02	Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures	-18.640	-233.198
6.03.03	Liquidação de operações com derivativos	1.007	69.945
6.03.04	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	0	-130.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-97.055	1.424.353
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	938.375	692.337
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	841.320	2.116.690

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.325.848	126.767	848.885	0	-1.462.209	839.291
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.325.848	126.767	848.885	0	-1.462.209	839.291
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	246.813	-3.380	243.433
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	246.813	0	246.813
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-3.380	-3.380
5.05.02.07	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	0	0	0	0	-3.380	-3.380
5.07	Saldos Finais	1.325.848	126.767	848.885	246.813	-1.465.589	1.082.724

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.308.373	144.242	1.251.953	0	-1.182.147	1.522.421
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.308.373	144.242	1.251.953	0	-1.182.147	1.522.421
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	308.659	198.325	506.984
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	308.659	0	308.659
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	198.325	198.325
5.05.02.06	Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	0	0	0	0	169.041	169.041
5.05.02.07	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros líquidos dos efeitos tributários	0	0	0	0	29.284	29.284
5.07	Saldos Finais	1.308.373	144.242	1.251.953	308.659	-983.822	2.029.405

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
7.01	Receitas	4.858.888	4.053.837
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.636.226	3.905.625
7.01.02	Outras Receitas	246.226	170.302
7.01.02.01	Receita Relativa a construção da infraestrutura de concessão	246.226	170.302
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-23.564	-22.090
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.733.297	-2.224.551
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.329.019	-1.897.893
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-342.524	-263.015
7.02.04	Outros	-61.754	-63.643
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.125.591	1.829.286
7.04	Retenções	-76.263	-70.918
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-76.263	-70.918
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.049.328	1.758.368
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	85.207	172.097
7.06.02	Receitas Financeiras	85.207	172.097
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.134.535	1.930.465
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.134.535	1.930.465
7.08.01	Pessoal	141.688	127.980
7.08.01.01	Remuneração Direta	59.347	56.931
7.08.01.02	Benefícios	77.839	66.502
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.502	4.547
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.630.168	1.414.807
7.08.02.01	Federais	855.015	723.482
7.08.02.02	Estaduais	772.964	689.207
7.08.02.03	Municipais	2.189	2.118
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	115.866	79.019
7.08.03.01	Juros	115.388	78.529
7.08.03.02	Aluguéis	478	490
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	246.813	308.659
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	246.813	308.659

## Comentário do Desempenho

### Análise de Resultados – CPFL Paulista

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	1º Trimestre		
	2021	2020	%
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>4.882.452</b>	<b>4.075.927</b>	<b>19,8%</b>
Fornecimento de energia elétrica (*)	3.683.324	3.348.646	10,0%
Suprimento de energia elétrica	83.535	120.071	-30,4%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	246.226	170.302	44,6%
Outras receitas operacionais	765.809	628.152	21,9%
Ativo e passivo financeiro setorial	103.559	(191.245)	-154,1%
Deduções da receita operacional	(1.723.845)	(1.439.690)	19,7%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>3.158.607</b>	<b>2.636.237</b>	<b>19,8%</b>
<b>Custo com energia elétrica</b>	<b>(2.102.297)</b>	<b>(1.705.045)</b>	<b>23,3%</b>
Energia comprada para revenda	(1.573.356)	(1.437.328)	9,5%
Encargo de uso do sist transm distrib	(528.941)	(267.717)	97,6%
<b>Custos e despesas operacionais</b>	<b>(640.433)</b>	<b>(544.585)</b>	<b>17,6%</b>
Pessoal	(102.108)	(100.746)	1,4%
Entidade de previdência privada	(40.012)	(31.238)	28,1%
Material	(19.836)	(18.518)	7,1%
Serviço de terceiros	(101.694)	(90.097)	12,9%
Amortização	(75.804)	(70.531)	7,5%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(246.226)	(170.302)	44,6%
Outros	(54.752)	(63.153)	-13,3%
<b>Resultado do serviço</b>	<b>415.878</b>	<b>386.607</b>	<b>7,6%</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(31.120)</b>	<b>91.627</b>	<b>-134,0%</b>
Receitas financeiras	81.117	168.144	-51,8%
Despesas financeiras	(112.236)	(76.516)	46,7%
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>384.758</b>	<b>478.234</b>	<b>-19,5%</b>
Contribuição social	(36.631)	(44.859)	-18,3%
Imposto de renda	(101.313)	(124.715)	-18,8%
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>246.813</b>	<b>308.659</b>	<b>-20,0%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>491.682</b>	<b>457.138</b>	<b>7,6%</b>

(\*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho, não foi realizada a reclassificação de receita de disponibilidade de rede ao consumidor cativo - TUSD (nota 25)

#### Receita operacional bruta

A receita operacional bruta no 1º trimestre de 2021 foi de R\$ 4.882.452, apresentando aumento de 19,8% (R\$ 806.525) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior.

Desconsiderando a receita de construção de infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 4.636.226, apresentando aumento de 18,7% (R\$ 730.601) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de energia elétrica:** aumento de 10,0% (R\$ 334.678), principalmente pela (i) aumento de 9,5% na tarifa média (R\$ 320.161) decorrente do reajuste tarifário de abril de 2020 de 6,05% (percepção dos consumidores), iniciado em agosto 2020 em decorrência da postergação devido a pandemia do coronavírus (COVID-19) e aplicação da bandeira tarifária 2,43% (amarela no 1º trimestre de 2021 comparada com amarela/verde no 1º trimestre de 2020) e (ii) aumento de 0,4% (R\$ 14.517) no volume de energia vendida (considerando a quantidade de energia da receita não faturada).
- ii. **Suprimento de energia elétrica:** redução de 30,4% (R\$ 36.536), composta principalmente por: (i) redução na venda de energia elétrica de curto prazo (operações realizadas na CCEE) (R\$

## Comentário do Desempenho

34.770) em decorrência da redução de 22,9% no volume de energia comercializado, bem como na redução na tarifa média em função da redução do preço de liquidação de diferenças ("PLD") e (ii) redução de venda para outras concessionárias (R\$ 1.766).

- iii. Outras receitas operacionais:** aumento de 21,9% (R\$ 137.657) basicamente pelos aumentos em: (i) receita pela disponibilidade da rede elétrica – TUSD (R\$ 81.744) em função do reajuste tarifário de abril de 2020 e pelo aumento no volume de energia transportada em 9,8%; (ii) atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 43.441) decorrente da variação do indexador (IPCA); (iii) subvenções baixa renda, descontos tarifários e subvenção de bandeiras tarifárias (CCRBT) com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") (R\$ 11.014); (iv) outras receitas e rendas (R\$ 7.662), compensado pelo aumento (v) compensações pagas pelo não cumprimento de indicadores técnicos (R\$ 6.205).
- iv. Ativo e passivo financeiro setorial:** aumento na receita de 154,1% (R\$ 294.804), basicamente pelo aumento do saldo de ativos com destaques em: (i) diferimento de ESS/EER, custo de energia, rede básica, proinfa, repasse de Itaipu, CDE e transporte de Itaipu (R\$ 335.676), (ii) amortização dos ativos e passivos homologados (R\$ 34.075), compensado pelas reduções (iii) neutralidade dos encargos setoriais, sobrecontratação e outros componentes financeiros (R\$ 74.947).

### Quantidade de energia vendida

No 1º trimestre de 2021, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras permissionárias, apresentou crescimento de 0,8% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior. Apesar do bom desempenho da classe residencial no 1º trimestre, o consumo de energia das classes comercial e poder público ainda apresentaram impactos das medidas de isolamento social para enfrentamento da pandemia que levaram ao fechamento de comércios e de prédios públicos.

O consumo da classe residencial que representa 51,7% do total do mercado fornecido pela distribuidora, registrou crescimento de 6,3% no 1º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento reflete os efeitos do incremento da quantidade de unidades consumidoras, das medidas de isolamento social, além de temperaturas registradas maiores quando comparados com o mesmo período do ano anterior.

A classe comercial, que representa 19,0% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 9,1% no 1º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho reflete os impactos trazidos pelo período de isolamento social e restrição de atividades, além do efeito da movimentação de clientes para o mercado livre.

A classe industrial, que representa 9,9% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 2,3% no 1º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho reflete o efeito da movimentação de clientes para o mercado livre.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público e permissionárias) participam com 19,3% do mercado total fornecido pela distribuidora. Estas classes apresentaram queda de 0,8% no 1º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente ao desempenho negativo da classe poder público que caiu 10,8%.

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na Área de Concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve aumento de 4,5% quando comparada com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe foi de 6,3% no residencial, 3,6% no comercial, 9,1% no industrial e 0,2% nas demais classes de consumo.

### Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 1º trimestre de 2021 foram de R\$ 1.723.845 apresentando aumento de 19,7% (R\$ 284.155) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, principalmente pelos aumentos em: (i) Bandeiras Tarifárias (R\$ 102.991); (ii) ICMS, PIS e COFINS (R\$ 144.675) em função do aumento na base de cálculo; (iii) CDE (R\$ 34.072) principalmente em função do aumento da cota CDE em 2021; (iv) Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e eficiência energética (R\$ 4.088), compensados parcialmente pelas reduções: (v) PROINFA (R\$ 1.924).

## Comentário do Desempenho

### Custo com energia elétrica

No 1º trimestre de 2021 o custo com energia elétrica foi de R\$ 2.102.297 apresentando aumento de 23,3% (R\$ 397.252) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. A variação deve-se basicamente a:

**Energia comprada para revenda:** aumento de 9,5% (R\$ 136.028) em função: (i) aumento de 9,5% no preço médio (R\$ 157.672), justificado pelo aumento na compra de energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de Itaipu decorrente do aumento do dólar no 1º trimestre de 2021; compensado por (ii) ressarcimento de geradoras (R\$ 11.305); (iii) crédito de PIS e COFINS (R\$ 9.369), (iv) redução de 0,1% (R\$ 970) no volume de energia comprada.

**Encargos do uso do sistema de distribuição:** aumento de 97,6% (R\$ 261.224), impactado principalmente pelos aumentos em: (i) encargos de serviço do sistema líquido do repasse da CONER (R\$ 157.860) decorrente principalmente de um maior acionamento de UTEs fora de ordem de mérito por motivo de "segurança energética" e aumento do volume de importação de energia proveniente da Argentina e Uruguai frente a baixa hidrologia no período; (ii) encargos de rede básica (R\$ 107.123) em função do reajuste tarifário das Transmissoras e novos pontos de instalações de transmissões (iii) encargos de energia de reserva (R\$ 16.239); (iv) encargos de transporte de Itaipu (R\$ 5.707) compensado parcialmente por: (v) créditos de PIS/COFINS (R\$ 26.625).

### Custo e despesa operacional

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$ 640.433 no 1º trimestre de 2021, apresentando aumento de 17,6% (R\$ 95.848) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior.

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 394.207, apresentando aumento de 5,3% (R\$ 19.924).

Os principais efeitos nesse grupo devem-se principalmente a:

#### ➤ Despesas operacionais gerenciáveis

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R\$ 318.403 neste trimestre, aumento de 4,8% (R\$ 14.651) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- i. **Pessoal:** aumento de 1,4% (R\$ 1.362) principalmente pelos efeitos do acordo coletivo.
- ii. **Entidade de previdência privada:** aumento de 28,1% (R\$ 8.774), pelos registros dos impactos do laudo atuarial.
- iii. **Material:** aumento de 7,1% (R\$ 1.318) principalmente pelos aumentos: (i) reposição – manutenção de linhas e redes (R\$ 1.750); compensado parcialmente por: (ii) ferramentas e equipamentos (R\$ 254) e (iii) suprimentos de escritórios (R\$ 146).
- iv. **Serviços de terceiros:** aumento de 12,9% (R\$ 11.597), principalmente em: (i) auditoria e consultoria (R\$ 5.090); (ii) poda de árvore (R\$ 3.416); (iii) call center (R\$ 2.416); (iv) manutenção de linhas, redes e subestações (R\$ 1.835), compensado parcialmente por: (v) manutenção de hardware/software (R\$ 927).
- v. **Outros:** redução de 13,3% (R\$ 8.401), principalmente por: (i) perda/ganho com alienação, desativação e outros de ativos não circulante (R\$ 5.604); (ii) legais, judiciais e indenizações (R\$ 4.498), compensado pelo aumento: (iii) provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$ 1.474).

### Amortização:

Aumento de despesa de amortização de 7,5% (R\$ 5.273), em função do acréscimo de ativos na base de remuneração regulatória (BRR).

## Comentário do Desempenho

### Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido neste trimestre apresentou uma despesa de R\$ 31.120, variação de 134,0% (R\$ 122.747) em relação a receita apresentada no mesmo trimestre do ano anterior.

- i. **Receitas financeiras:** redução de 51,8% (R\$ 87.027), principalmente pelas reduções em: (i) atualizações monetárias e cambiais (R\$ 75.970) basicamente pelas variações dos valores justos; (ii) rendas e aplicações financeiras (R\$ 5.253); (iii) atualização do ativo financeiro setorial (R\$ 5.166); (iv) atualização de depósitos judiciais (R\$ 1.779) compensado pelo aumento e (v) acréscimos de multas moratórias (R\$ 1.274).
- ii. **Despesas financeiras:** aumento de 46,7% (R\$ 35.720), principalmente pelos aumentos em: (i) atualização monetárias e cambiais (R\$ 41.691); (ii) atualização do ativo financeiro setorial (R\$ 2.750); compensado por: (iii) encargos de dívidas (R\$ 5.790); (iv) outras despesas financeiras (R\$ 1.802) e (v) juros capitalizados (R\$ 1.133).

### Contribuição Social e Imposto de Renda

A tributação sobre o lucro relativo à contribuição social e imposto de renda apurado no 1º trimestre de 2021, foram de R\$ 137.944, apresentando redução de 18,7% (R\$ 31.630) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior, refletindo a base tributável do período.

### Resultado líquido do período e EBITDA

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou no 1º trimestre de 2021, um lucro líquido de R\$ 246.813 com redução de 20,0% (R\$ 61.846), em relação ao lucro apurado no mesmo trimestre do ano anterior.

O EBITDA (resultado líquido do período, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) no 1º trimestre de 2021, foi de R\$ 491.682, apresentando aumento de 7,6% (R\$ 34.544) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ**  
**Balanços patrimoniais em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020**  
**(Em milhares de Reais)**

<b>ATIVO</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/03/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	841.320	938.375
Títulos e valores mobiliários	6	404.849	705.878
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	2.060.520	2.039.712
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	507	667
Outros tributos a compensar	8	69.520	64.451
Derivativos	31	194.602	22.459
Ativo financeiro setorial	9	524.058	342.557
Estoques		12.295	10.265
Outros ativos	12	363.099	293.149
<b>Total do circulante</b>		<b>4.470.770</b>	<b>4.417.515</b>
<b>Não circulante</b>			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	85.480	67.701
Depósitos judiciais	21	395.149	396.854
Outros tributos a compensar	8	78.084	74.098
Derivativos	31	627.330	621.184
Créditos fiscais diferidos	10	202.009	311.368
Ativo financeiro da concessão	11	4.342.870	4.159.774
Outros ativos	12	15.632	9.787
Ativo contratual	13	673.698	587.106
Intangível	14	1.800.784	1.807.257
<b>Total do não circulante</b>		<b>8.221.036</b>	<b>8.035.129</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>12.691.806</b>	<b>12.452.644</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ**  
**Balancos patrimoniais em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020**  
**(Em milhares de Reais)**

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/03/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	15	1.352.264	1.627.663
Empréstimos e financiamentos	16	650.241	149.589
Debêntures	17	11.339	13.119
Entidade de previdência privada	18	230.372	154.688
Taxas regulamentares	19	48.329	41.476
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	2.346	5.247
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	20	391.330	406.246
Dividendo e juros sobre capital próprio	29	230.843	230.843
Obrigações estimadas com pessoal		46.989	42.986
Outras contas a pagar	22	485.311	490.999
<b>Total do circulante</b>		<b>3.449.364</b>	<b>3.162.857</b>
<b>Não circulante</b>			
Fornecedores	15	3.683	7.328
Empréstimos e financiamentos	16	3.641.983	3.934.741
Debêntures	17	2.182.867	2.163.292
Entidade de previdência privada	18	1.904.583	2.011.934
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	21	144.762	141.951
Passivo financeiro setorial	9	250.391	169.698
Outras contas a pagar	22	31.450	21.552
<b>Total do não circulante</b>		<b>8.159.718</b>	<b>8.450.496</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
	<b>23</b>		
Capital social		1.325.848	1.325.848
Reserva de capital		126.767	126.767
Reserva legal		171.913	171.913
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		676.972	676.972
Resultado abrangente acumulado		(1.465.590)	(1.462.209)
Lucros acumulados		246.813	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.082.724</b>	<b>839.291</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>12.691.806</b>	<b>12.452.644</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ**  
**Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020**  
**(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)**

	Nota explicativa	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>25</b>	<b>3.158.607</b>	<b>2.636.237</b>
<b>Custo do serviço</b>			
<b>Custo com energia elétrica</b>	<b>26</b>	<b>(2.102.297)</b>	<b>(1.705.045)</b>
<b>Custo com operação</b>	<b>27</b>	<b>(232.414)</b>	<b>(205.348)</b>
Amortização		(65.543)	(61.175)
Outros custos com operação		(166.870)	(144.173)
<b>Custo do serviço prestado a terceiros</b>	<b>27</b>	<b>(246.885)</b>	<b>(170.996)</b>
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>577.012</b>	<b>554.848</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
<b>Despesas com vendas</b>		<b>(78.899)</b>	<b>(79.380)</b>
Amortização		(529)	(351)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(23.565)	(22.091)
Outras despesas com vendas	27	(54.805)	(56.938)
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		<b>(81.556)</b>	<b>(82.554)</b>
Amortização		(9.732)	(9.005)
Outras despesas gerais e administrativas	27	(71.824)	(73.549)
<b>Outras despesas operacionais</b>		<b>(680)</b>	<b>(6.309)</b>
Outras despesas operacionais	27	(680)	(6.309)
<b>Resultado do serviço</b>		<b>415.878</b>	<b>386.607</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>28</b>		
Receitas financeiras		81.117	168.144
Despesas financeiras		(112.236)	(76.516)
		<b>(31.120)</b>	<b>91.627</b>
<b>Lucro antes dos tributos</b>		<b>384.758</b>	<b>478.234</b>
Contribuição social	10	(36.631)	(44.859)
Imposto de renda	10	(101.313)	(124.715)
		<b>(137.944)</b>	<b>(169.575)</b>
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>246.813</b>	<b>308.659</b>
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	24	0,28	0,35

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**  
**Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020**  
 (Em milhares de Reais)

	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>246.813</b>	<b>308.659</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>		
<b>Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:</b>		
Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	-	169.041
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	(3.380)	29.284
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b>243.433</b>	<b>506.984</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**  
**Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 31 de março de 2021**  
 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de capital de giro			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	1.325.848	126.767	171.913	676.972	(1.462.209)	-	839.291
<b>Resultado abrangente total</b>							
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	246.813	246.813
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	(3.380)	-	(3.380)
<b>Saldos em 31 de março de 2021</b>	<b>1.325.848</b>	<b>126.767</b>	<b>171.913</b>	<b>676.972</b>	<b>(1.465.590)</b>	<b>246.813</b>	<b>1.082.724</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**  
**Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 31 de março de 2020**  
 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros			Dividendo	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros para investimento	Reserva de capital de giro				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	1.308.373	144.242	123.315	109.658	442.645	576.335	(1.182.147)	-	1.522.421
<b>Resultado abrangente total</b>									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	308.659	308.659
Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	169.041	-	169.041
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	29.284	-	29.284
<b>Saldos em 31 de março de 2020</b>	<b>1.308.373</b>	<b>144.242</b>	<b>123.315</b>	<b>109.658</b>	<b>442.645</b>	<b>576.335</b>	<b>(983.822)</b>	<b>308.659</b>	<b>2.029.405</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020**  
 (Em milhares de Reais)

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>384.758</b>	<b>478.234</b>
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>		
Amortização	75.804	70.531
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	7.813	12.356
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	23.565	22.091
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	1.908	(94.415)
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	40.012	31.238
Perda (ganho) na baixa de não circulante	(108)	5.496
	<u>533.752</u>	<u>525.531</u>
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(62.028)	128.233
Tributos a compensar	(8.894)	65.014
Depósitos judiciais	3.221	(3.337)
Ativo financeiro setorial	(178.920)	26.724
Contas a receber - CDE	(39.485)	4.678
Outros ativos operacionais	(108.379)	(100.058)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>		
Fornecedores	(279.043)	(253.981)
Outros tributos e contribuições sociais	(14.916)	10.060
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(71.679)	(35.516)
Taxas regulamentares	6.853	(101.995)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(9.315)	(52.271)
Passivo financeiro setorial	75.361	164.520
Contas a pagar - CDE	(6.921)	15.139
Outros passivos operacionais	98.601	84.763
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações</b>	<b>(61.792)</b>	<b>477.504</b>
Encargos de dívida e debêntures pagos	(42.377)	(40.147)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(29.745)	(47.025)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>(133.914)</b>	<b>390.332</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	300.008	302.458
Adições de ativo contratual	(245.516)	(155.636)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento</b>	<b>54.492</b>	<b>146.822</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Captação de empréstimos e debêntures	-	1.180.452
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(18.640)	(233.198)
Liquidação de operações com derivativos	1.007	69.945
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	-	(130.000)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento</b>	<b>(17.633)</b>	<b>887.199</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(97.055)</b>	<b>1.424.353</b>
<b>Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>938.375</b>	<b>692.337</b>
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>841.320</b>	<b>2.116.690</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Notas Explicativas****COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ****Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 31 de março de 2021 e de 2020**

(Em milhares de reais)

	<b>1º Trimestre 2021</b>	<b>1º Trimestre 2020</b>
<b>1 - Receita</b>	<b>4.858.888</b>	<b>4.053.837</b>
1.1 Receita de venda de energia e serviços	4.636.226	3.905.625
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	246.226	170.302
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(23.565)	(22.091)
<b>2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(2.733.297)</b>	<b>(2.224.551)</b>
2.1 Custo com energia elétrica	(2.329.019)	(1.897.893)
2.2 Material	(151.286)	(122.245)
2.3 Serviços de terceiros	(191.238)	(140.770)
2.4 Outros	(61.754)	(63.644)
<b>3 - Valor adicionado bruto (1+2)</b>	<b>2.125.590</b>	<b>1.829.286</b>
<b>4 - Retenções</b>	<b>(76.263)</b>	<b>(70.918)</b>
4.1 Amortização	(76.263)	(70.918)
<b>5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)</b>	<b>2.049.328</b>	<b>1.758.368</b>
<b>6 - Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>85.207</b>	<b>172.097</b>
6.1 Receitas financeiras	85.207	172.097
<b>7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)</b>	<b>2.134.535</b>	<b>1.930.465</b>
<b>8 - Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>8.1 Pessoal e encargos</b>	<b>141.688</b>	<b>127.980</b>
8.1.1 Remuneração direta	59.347	56.931
8.1.2 Benefícios	77.839	66.502
8.1.3 F.G.T.S	4.501	4.547
<b>8.2 Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>1.630.168</b>	<b>1.414.807</b>
8.2.1 Federais	855.015	723.482
8.2.2 Estaduais	772.964	689.207
8.2.3 Municipais	2.188	2.118
<b>8.3 Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>115.866</b>	<b>79.019</b>
8.3.1 Juros	115.388	78.529
8.3.2 Aluguéis	478	490
<b>8.4 Remuneração de capital próprio</b>	<b>246.813</b>	<b>308.659</b>
8.4.1 Lucros retidos	246.813	308.659
	<b>2.134.535</b>	<b>1.930.465</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas

### COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### ( 1 ) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Paulista de Força e Luz (“CPFL Paulista” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte - Jardim Professora Tarcilla - CEP 13087-397, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 20 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 234 municípios do interior do Estado de São Paulo. Entre os principais estão Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto, atendendo a aproximadamente 4,7 milhões de consumidores.

#### 1.1 Impactos do COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram de certa forma o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas demonstrações financeiras. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando e implementando pacotes de estímulos econômicos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. Até a data de autorização para emissão dessas informações contábeis intermediárias, as seguintes medidas foram tomadas e os principais assuntos que estão sob monitoramento constante estão listados a seguir:

- Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, tais como planos de home office, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações, e demais medidas aplicáveis, relacionadas à saúde;
- Negociação com fornecedores de equipamentos para avaliação de prazos de entregas visto ao novo cenário, sem que haja, até o momento, indicativos de riscos relevantes de atraso que possam impactar nas operações;
- Avaliação das condições contratuais com instituições financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e pagamento com fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez;
- Monitoramento das variações de indexadores de mercado que poderiam afetar empréstimos, financiamentos e debêntures;

## Notas Explicativas

- Avaliação de eventuais renegociações com clientes, em função de retração macroeconômica. Tais renegociações estão sendo direcionadas, em sua maioria, através de deslocamentos temporais nas quantidades contratadas;
- Monitoramento de redução do mercado faturado pelo fechamento, assim como a retomada após as medidas de flexibilização, de estabelecimentos comerciais e industriais decorrente das medidas de enfrentamento à pandemia;
- Monitoramento de sobrecontratação em função da redução da carga e consequentes sobras de energia superiores aos 5% previstos nos requisitos regulatórios;
- Monitoramento da inadimplência, especialmente sob a luz da suspensão a partir de 1 de abril até 30 de junho de 2021, dos cortes por inadimplência para as subclasses residenciais de baixa renda, além de regras específicas a serem atendidas para que possam ser efetuados os cortes nas demais classes consumidoras e restrições na cobrança de multa e juros por inadimplência.

Devido à relevância dos potenciais impactos mencionados, as autoridades do Setor Elétrico Brasileiro, em especial o Ministério de Minas e Energia (MME) e a ANEEL, adotaram algumas medidas durante o período de pandemia, sendo as mais relevantes:

- Isenção para a parcela de consumo mensal de até 220 quilowatt-hora (kWh/mês) dos consumidores das classes residenciais de baixa renda, no período entre 1º de abril a 30 de junho de 2020, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, custeada por meio de aportes da União ao fundo setorial CDE, conforme previsto na Medida Provisória nº 949, de 8 de abril de 2020;
- Reconhecimento das sobras resultantes da redução de carga das distribuidoras, decorrente dos efeitos da pandemia de COVID 19, como exposição contratual involuntária, a ser regulamentada pela ANEEL, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e no Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020;
- Criação da Conta COVID por meio da Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020 e regulamentada por meio do Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, e da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

Mais informações sobre a sobre a Conta COVID e como afetam os negócios do Grupo estão divulgados na nota explicativa 1.1 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos do COVID-19 em seu negócio, assim como as atualizações regulatórias efetuadas no período, para o período de três meses findos em 31 de março de 2021, a Companhia concluiu que não houveram efeitos relevantes relacionados à pandemia em suas informações contábeis intermediárias.

O efeito financeiro e econômico para a Companhia ao longo dos próximos meses dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como dos impactos relacionados as medidas de restrição. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas informações contábeis intermediárias.

### Reequilíbrio Econômico Financeiro

Em decorrência dos efeitos das medidas restritivas adotadas pelo governo para conter o avanço da pandemia causada pelo surto do Coronavírus (COVID 19), a Companhia, assim como outras concessionárias de distribuição de energia elétrica do país, sofreu impactos extraordinários e imediatos, tais como, queda da receita em função da retração do mercado consumidor e redução da arrecadação pelo aumento da inadimplência.

Considerando os efeitos da pandemia e, tendo como base o contrato de concessão entre a Companhia e o Poder Concedente, por intermédio da ANEEL, assim como os artigos 9º e 10º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, dentre outras previsões legais aplicáveis, a Companhia possui o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, de forma que, em uma situação em que ônus gerados por eventos alheios à gestão dos riscos inerentes à operação, tais como, mas sem se

## Notas Explicativas

limitar, a eventos categorizados como caso fortuito ou força maior, ou mesmo determinações do Poder Concedente que impactem a Companhia, devem ser ressarcidos à Companhia para reequilibrar a saúde econômico-financeira do contrato de concessão.

O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, que regulamenta a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, prevê a análise pela ANEEL, em processo administrativo específico, da necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias de distribuição de energia elétrica, mediante solicitação das interessadas. Nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 885, de 23 de junho de 2020, a Agência, instaurou segunda fase da Consulta Pública nº 35 de 2020 ("CP35/2020") no período entre 18 de agosto e 05 de outubro de 2020, com o objetivo de regular a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão e permissão do serviço público de distribuição energia elétrica, não tendo sido concluído até o fechamento das presentes informações contábeis intermediárias. Em continuidade ao processo de estabelecimento da regulamentação do equilíbrio econômico-financeiro, a ANEEL decidiu por abrir 3ª Fase da Consulta Pública nº 35 entre os dias 16/12/2020 e 01/02/2021. Adicionalmente, nesta mesma fase da consulta pública optou-se por colocar em discussão as regras para alocação dos custos dos empréstimos da Conta COVID e da sobrecontratação para o ano de 2020, reflexo do cenário de pandemia.

A Companhia aguarda o desfecho da regulamentação para avaliar as medidas a serem tomadas.

## ( 2 ) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

### 2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, e devem ser analisadas em conjunto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 10 de maio de 2021.

### 2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 31 de Instrumentos Financeiros.

### 2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas

## Notas Explicativas

premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 7 - Consumidores, concessionárias e permissionárias (provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição ("TUSD") não faturados);
- Nota 9 – Ativo e passivo financeiro setorial (critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens);
- Nota 10 – Créditos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos em função de: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal do intangível incorporado possam ser utilizados);
- Nota 11 – Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos) (nota 31);
- Nota 12 – Outros ativos (provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 13 – Ativo contratual (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 14 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 – Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 17 – Debêntures (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 18 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 21 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e;
- Nota 31 – Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo).

### 2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

### 2.5 Segmento operacional

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

### 2.6 Demonstração do valor adicionado:

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA") nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## ( 3 ) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas na nota 3 - Sumário das principais políticas contábeis, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

## ( 4 ) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as

## Notas Explicativas

informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

### - Intangível e ativo contratual

O valor justo dos itens do ativo intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

### - Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 31) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos, consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador (“ANEEL”). Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

## ( 5 ) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldos bancários	46.175	86.758
Aplicações financeiras	795.145	851.617
Títulos de crédito privado (a)	708.463	827.104
Operações compromissadas (b)	86.682	24.513
<b>Total</b>	<b><u>841.320</u></b>	<b><u>938.375</u></b>

- (a) Corresponde a operações de curto prazo em CDB's no montante de R\$ 708.463 (R\$ 827.104 em 31 de dezembro de 2020) realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 101,90% do CDI (101,63% do CDI em 31 de dezembro de 2020).
- (b) Representa valores aplicados em operações compromissadas em debêntures e remuneração equivalente, na média de 77,82% do CDI (80,73% do CDI em 31 de dezembro de 2020), possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito.

**Notas Explicativas****( 6 ) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Aplicação direta	404.849	705.878
<b>Total</b>	<b><u>404.849</u></b>	<b><u>705.878</u></b>

Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira do Tesouro ("LFT"), cuja remuneração é equivalente, na média de 100% da SELIC (100% da SELIC em 31 de dezembro de 2020).

**( 7 ) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS**

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/03/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>					
<b>Classes de consumidores</b>					
Residencial	415.117	343.112	52.080	810.309	788.882
Industrial	33.849	25.031	44.405	103.286	103.451
Comercial	83.493	42.707	11.603	137.802	138.268
Rural	28.228	9.619	2.949	40.796	45.213
Poder público	33.606	5.041	1.083	39.730	32.496
Iluminação pública	58.093	789	1.353	60.235	43.491
Serviço público	32.767	5.436	5.531	43.734	60.079
<b>Faturado</b>	<b>685.153</b>	<b>431.736</b>	<b>119.004</b>	<b>1.235.892</b>	<b>1.211.879</b>
Não faturado	764.271	-	-	764.271	731.886
Parcelamento de débito de consumidores	137.829	26.652	16.152	180.633	154.122
Operações realizadas na CCEE	36.770	-	-	36.770	90.849
Concessionárias e permissionárias	8.237	-	-	8.237	6.796
Outros	55	-	-	55	-
	<b><u>1.632.316</u></b>	<b><u>458.388</u></b>	<b><u>135.156</u></b>	<b><u>2.225.859</u></b>	<b><u>2.195.533</u></b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(165.339)	(155.820)
<b>Total</b>				<b><u>2.060.520</u></b>	<b><u>2.039.712</u></b>
<b>Não circulante</b>					
Parcelamento de débito de consumidores	80.477	-	-	80.477	62.698
Operações realizadas na CCEE	5.003	-	-	5.003	5.003
<b>Total</b>	<b><u>85.480</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>85.480</u></b>	<b><u>67.701</u></b>

**Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD")**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 31.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

**Notas Explicativas**

	<b>Consumidores, concessionárias e permissionárias</b>	<b>Outros ativos (nota 12)</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>(155.820)</b>	<b>(8.223)</b>	<b>(164.044)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	(44.339)	(123)	(44.462)
Recuperação de receita	20.897	-	20.897
Baixa de contas a receber provisionadas	13.922	-	13.922
<b>Saldo em 31/03/2021</b>	<b>(165.339)</b>	<b>(8.347)</b>	<b>(173.686)</b>

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

**( 8 ) TRIBUTOS A COMPENSAR**

	<b>31/03/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b><u>Circulante</u></b>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	507	667
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b>507</b>	<b>667</b>
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	13.818	9.675
ICMS a compensar	53.737	52.227
Programa de integração social - PIS	329	433
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.517	1.997
Outros	119	119
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>69.520</b>	<b>64.451</b>
<b>Total circulante</b>	<b>70.027</b>	<b>65.118</b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
ICMS a compensar	78.084	74.098
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>78.084</b>	<b>74.098</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>78.084</b>	<b>74.098</b>

## Notas Explicativas

### ( 9 ) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2020			Receita operacional (nota 25)		Resultado financeiro (nota 28)	Saldo em 31/03/2021		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	273.602	151.356	424.958	256.261	(124.500)	(134)	528.882	27.704	556.586
CVA (*)									
CDE (**)	(35)	37.628	37.593	78.337	(32.733)	454	78.635	5.016	83.652
Custos energia elétrica	(1.805)	49.118	47.313	(115.263)	(37.842)	(1.757)	(119.164)	11.615	(107.549)
ESS e EER (***)	100.921	(68.293)	32.627	94.557	57.950	125	195.821	(10.560)	185.260
Proinfra	(756)	(3.618)	(4.375)	12.284	3.129	15	11.555	(501)	11.054
Rede básica	152.547	29.608	182.155	101.533	(27.774)	886	254.873	1.926	256.800
Repasse de Itaipu	217.936	137.956	355.892	177.328	(116.477)	1.217	395.974	21.986	417.960
Transporte de Itaipu	19.858	5.426	25.284	9.719	(4.598)	119	29.679	846	30.525
Neutralidade dos encargos setoriais	(86.120)	455	(85.665)	(28.983)	(423)	(214)	(115.318)	33	(115.285)
Sobrecontratação	(128.944)	(36.923)	(165.867)	(73.251)	34.266	(979)	(203.174)	(2.657)	(205.830)
Outros componentes financeiros	(251.914)	(185)	(252.099)	(28.374)	172	(2.617)	(282.905)	(13)	(282.918)
<b>Total</b>	<b>21.688</b>	<b>151.171</b>	<b>172.859</b>	<b>227.888</b>	<b>(124.329)</b>	<b>(2.750)</b>	<b>245.977</b>	<b>27.690</b>	<b>273.667</b>
Ativo circulante			342.557						524.058
Passivo não circulante			(169.698)						(250.391)

(\*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(\*\*) Conta de desenvolvimento energético

(\*\*\*) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 9 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

### ( 10 ) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

#### 10.1 - Composição dos créditos fiscais:

	31/03/2021	31/12/2020
<b>Crédito de contribuição social</b>		
Benefício fiscal do intangível incorporado	30.838	31.994
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	22.635	50.427
<b>Subtotal</b>	<b>53.473</b>	<b>82.421</b>
<b>Crédito de imposto de renda</b>		
Benefício fiscal do intangível incorporado	85.661	88.873
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	62.875	140.074
<b>Subtotal</b>	<b>148.536</b>	<b>228.947</b>
<b>Total</b>	<b>202.009</b>	<b>311.368</b>

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal do intangível incorporado, está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros.

#### 10.2 - Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. No primeiro trimestre de 2021 e 2020, a taxa anual de amortização aplicada foi de 3%.

**Notas Explicativas****10.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:**

	31/03/2021		31/12/2020	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis</b>				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	13.858	38.494	13.541	37.615
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	15.632	43.422	14.764	41.011
Provisão energia livre	7.407	20.576	7.376	20.490
Programas de P&D e eficiência energética	13.264	36.845	13.108	36.410
Provisão relacionada a pessoal	3.182	8.840	2.435	6.764
Marcação a Mercado- Derivativos	4.391	12.197	(3.442)	(9.561)
Marcação a Mercado- Dívidas	(6.902)	(19.173)	(659)	(1.831)
Derivativos	(79.193)	(219.981)	(55.399)	(153.886)
Registro da concessão - ajuste do intangível	(1.702)	(4.728)	(1.766)	(4.906)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(99.804)	(277.232)	(90.884)	(252.456)
Perdas atuariais	21.612	60.035	21.612	60.035
Outros	1.514	4.206	826	2.294
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado</b>				
Perdas atuariais	130.760	363.222	130.760	363.222
Marcação a Mercado- Derivativos	828	2.301	913	2.536
Marcação a Mercado- Dívidas	(2.213)	(6.148)	(2.759)	(7.663)
<b>Total</b>	<b>22.635</b>	<b>62.875</b>	<b>50.427</b>	<b>140.074</b>

**10.4 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020:**

	1º Trimestre 2021		1º Trimestre 2020	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>384.758</b>	<b>384.758</b>	<b>478.234</b>	<b>478.234</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Realização correção monetária complementar	207	-	294	-
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	20.366	20.366	18.539	18.539
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	1.683	129	1.369	2.089
<b>Base de cálculo</b>	<b>407.014</b>	<b>405.253</b>	<b>498.436</b>	<b>498.862</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Total</b>	<b>(36.631)</b>	<b>(101.313)</b>	<b>(44.859)</b>	<b>(124.715)</b>
Corrente	(7.222)	(19.622)	581	1.575
Diferido	(29.409)	(81.691)	(45.440)	(126.290)

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

**( 11 ) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO**

<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>4.159.774</b>
Transferência - ativo contratual	89.609
Transferência - intangível em serviço	(621)
Ajuste ao valor justo	103.516
Baixas	(9.408)
<b>Saldo em 31/03/2021</b>	<b>4.342.870</b>

O saldo refere-se ao ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão mensurados a valores justos.

## Notas Explicativas

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição "VNR" – nota 4), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 25) no resultado do período.

No primeiro trimestre de 2021, o valor das baixas de R\$ 9.408 (R\$ 3.097 no primeiro trimestre de 2020) refere-se à baixa da atualização relacionada ao ativo de R\$ 4.411 (R\$ 1.476 no primeiro trimestre de 2020) e à baixa do ativo de R\$ 4.997 (R\$ 1.621 no primeiro trimestre de 2020).

### ( 12 ) OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Adiantamentos - plano de previdência privada	3.323	3.256	5.751	5.751
Cauções, fundos e depósitos vinculados	54	54	797	794
Ordens em curso	161.500	146.508	-	-
Bens destinados a alienação	-	-	573	573
Serviços prestados a terceiros	9.283	6.956	-	-
Despesas antecipadas	37.981	29.308	7.044	1.224
Contas a receber - CDE (*)	96.858	57.373	-	-
Adiantamentos a funcionários	14.363	6.547	-	-
Arrendamentos e aluguéis	10.374	21.633	-	-
Outros	37.710	29.738	1.467	1.445
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(8.347)	(8.223)	-	-
<b>Total</b>	<b>363.099</b>	<b>293.149</b>	<b>15.632</b>	<b>9.787</b>

(\*) **Contas a receber – CDE** – refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 19.290 (R\$ 12.456 em 31 de dezembro de 2020), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 77.568 (R\$ 44.917 em 31 de dezembro de 2020) (nota 25.3).

### ( 13 ) ATIVO CONTRATUAL

A movimentação abaixo referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>587.106</b>
Adições	249.403
Transferência - Intangível em serviço	(73.202)
Transferência - Ativo financeiro	(89.609)
<b>Saldo em 31/03/2021</b>	<b>673.698</b>

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

**Notas Explicativas****( 14 ) INTANGÍVEL**

A movimentação abaixo refere-se ao Intangível de Direito de concessão, infraestrutura de distribuição em serviço:

	<u>Direito de concessão</u>		
	<u>Infraestrutura de distribuição - em serviço</u>	<u>Outros ativos intangíveis</u>	<u>Total</u>
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>1.805.639</b>	<b>1.618</b>	<b>1.807.257</b>
Custo histórico	5.865.713	9.555	5.875.268
Amortização acumulada	(4.060.074)	(7.937)	(4.068.011)
Amortização	(76.072)	(191)	(76.263)
Transferência - ativo contratual	73.202	-	73.202
Transferência - ativo financeiro	621	-	621
Baixa e transferência - outros ativos	(4.033)	-	(4.033)
<b>Saldo em 31/03/2021</b>	<b>1.799.357</b>	<b>1.427</b>	<b>1.800.784</b>
Custo histórico	5.832.209	9.555	5.841.763
Amortização acumulada	(4.032.851)	(8.128)	(4.040.979)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de "amortização".

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

**( 15 ) FORNECEDORES**

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b><u>Circulante</u></b>		
Encargos de serviço do sistema	85.770	121.821
Suprimento de energia elétrica	784.726	1.030.419
Encargos de uso da rede elétrica	167.412	151.289
Materiais e serviços	192.541	202.908
Energia livre	121.815	121.226
<b>Total</b>	<b>1.352.264</b>	<b>1.627.663</b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
Materiais e serviços	3.683	7.328
<b>Total</b>	<b>3.683</b>	<b>7.328</b>

## Notas Explicativas

**( 16 ) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/03/2021
<b>Mensuradas ao custo</b>						
<b>Moeda nacional</b>						
<b>Pós Fixado</b>						
IPCA	978.388	(18.640)	34.885	-	(10.389)	984.244
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b>(15.775)</b>	<b>-</b>	<b>599</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(15.176)</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>						
<b>Moeda estrangeira</b>						
Dólar	1.612.275	-	12.030	175.396	(11.546)	1.788.154
Euro	1.547.419	-	2.276	88.853	(2.265)	1.636.284
Marcação a mercado	(37.977)	-	(63.306)	-	-	(101.283)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>3.121.717</b>	<b>-</b>	<b>(49.000)</b>	<b>264.249</b>	<b>(13.811)</b>	<b>3.323.156</b>
<b>Total</b>	<b>4.084.330</b>	<b>(18.640)</b>	<b>(13.516)</b>	<b>264.249</b>	<b>(24.200)</b>	<b>4.292.224</b>
<b>Circulante</b>	<b>149.589</b>					<b>650.241</b>
<b>Não circulante</b>	<b>3.934.741</b>					<b>3.641.983</b>

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/03/2021	31/12/2020	Faixa de vencimento	Garantia
<b>Mensuradas ao custo</b>					
<b>Moeda nacional</b>					
<b>Pós Fixado</b>					
IPCA					
FINEM	IPCA + 4,27% a 4,74% (a)	984.244	978.388	2020 a 2027	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
<b>Total moeda nacional</b>		<b>984.244</b>	<b>978.388</b>		
<b>Gastos com captação (*)</b>		<b>(15.176)</b>	<b>(15.775)</b>		
<b>Mensuradas ao valor justo</b>					
<b>Moeda estrangeira</b>					
<b>Dólar</b>					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + Libor 3 meses + de 0,88% e 0,99%	417.020	375.993	2019 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + 1,96% a 3,66%	1.371.134	1.236.282	2020 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		<b>1.788.154</b>	<b>1.612.275</b>		
<b>Euro</b>					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro + 0,43% a 0,79%	1.636.284	1.547.419	2022 a 2023	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		<b>1.636.284</b>	<b>1.547.419</b>		
<b>Marcação a mercado</b>		<b>(101.283)</b>	<b>(37.977)</b>		
<b>Total moeda estrangeira</b>		<b>3.323.156</b>	<b>3.121.717</b>		
<b>Total</b>		<b>4.292.224</b>	<b>4.084.330</b>		

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31.

Taxa efetiva a.a.:

(a) De 60% a 110% do CDI

## Notas Explicativas

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia em consonância com o CPC 48 classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do período.

Em 31 de março de 2021 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 101.283 (R\$ 37.977 em 31 de dezembro de 2020), deduzido das perdas não realizadas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 57.991 (ganhos de R\$ 28.099 em 31 de dezembro de 2020), contratados para proteção da variação cambial (nota 31), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 43.292 (R\$ 66.076 em 31 de dezembro de 2020).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

<b><u>Ano de vencimento</u></b>	
A partir de 01/04/2022	268.291
2023	2.063.317
2024	294.017
2025	560.900
2026	103.702
2027	443.382
<b>Subtotal</b>	<b>3.733.609</b>
Marcação a mercado	(91.626)
<b>Total</b>	<b>3.641.983</b>

### Condições restritivas:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

Os detalhes das condições restritivas estão apresentados na nota 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de março de 2021, no entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

**Notas Explicativas****( 17 ) DEBÊNTURES**

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

<b>Modalidade</b>	<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>Encargos, atualização monetária e marcação a mercado</b>	<b>Encargos pagos</b>	<b>Saldo em 31/03/2021</b>
<b>Mensuradas ao custo</b>				
<b>Pós fixado</b>				
CDI	1.382.428	7.145	-	1.389.574
IPCA	804.799	28.389	(18.177)	815.011
<b>Total ao custo</b>	<b>2.187.227</b>	<b>35.534</b>	<b>(18.177)</b>	<b>2.204.584</b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b>(10.816)</b>	<b>438</b>	<b>-</b>	<b>(10.378)</b>
<b>Total</b>	<b>2.176.411</b>	<b>35.972</b>	<b>(18.177)</b>	<b>2.194.206</b>
<b>Circulante</b>	<b>13.119</b>			<b>11.339</b>
<b>Não circulante</b>	<b>2.163.292</b>			<b>2.182.867</b>

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

<b>Modalidade</b>	<b>Encargos financeiros anuais</b>	<b>31/03/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>Faixa de vencimento</b>	<b>Garantia</b>
<b>Mensuradas ao custo</b>					
<b>Pós fixado</b>					
CDI	107% do CDI	(a) 1.389.574	1.382.428	2023 a 2024	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + de 4,42% a 5,05%	(b) 815.011	804.799	2022 a 2025	Fiança da CPFL Energia
	<b>Total</b>	<b>2.204.584</b>	<b>2.187.227</b>		
	<b>Gastos com captação (*)</b>	<b>(10.378)</b>	<b>(10.816)</b>		
<b>Total</b>		<b>2.194.206</b>	<b>2.176.411</b>		

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

**Taxa efetiva a.a.:**

(a) 107,84% do CDI

(b) IPCA + 4,84% a 5,30%

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

**Ano de vencimento**

A partir de 01/04/2022	245.185
2023	894.883
2024	895.070
2025	49.059
2026	49.059
2027	49.611
<b>Total</b>	<b>2.182.867</b>

## Notas Explicativas

### Condições restritivas

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia.

Os detalhes das condições restritivas estão apresentados na nota 17 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de março de 2021, no entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas estão adequadamente atendidas.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

### ( 18 ) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados, cujas características estão descritas na nota 18 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

#### 18.1 – Movimentações do plano de benefício definido

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2020</b>	<b>2.158.595</b>
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	40.012
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	(71.684)
<b>Passivo atuarial líquido em 31/03/2021</b>	<b>2.126.923</b>
Outras contribuições	8.032
<b>Total passivo</b>	<b>2.134.955</b>
Circulante	230.372
Não circulante	1.904.583

As despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	<b>1º Trimestre 2021</b>	<b>1º Trimestre 2020</b>
Custo do serviço	419	383
Juros sobre obrigações atuariais	132.545	110.446
Rendimento esperado dos ativos do plano	(92.952)	(80.982)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	-	1.390
<b>Total da despesa (receita)</b>	<b>40.012</b>	<b>31.238</b>

## Notas Explicativas

### Premissas atuariais

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial, nas datas do laudo foram:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	7,72% a.a.	7,43% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	7,72% a.a.	7,43% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	5,31% a.a.	5,56% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	3,75% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para as taxas nominais acima):	3,75% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca (-30)	Light fraca (-30)
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012	ExpR_2012
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

### ( 19 ) TAXAS REGULAMENTARES

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	1.115	1.115
Conta de desenvolvimento energético - CDE	1.318	1.318
Bandeiras tarifárias e outros	45.895	39.043
<b>Total</b>	<b><u>48.329</u></b>	<b><u>41.476</u></b>

**Bandeiras tarifárias e outros:** O saldo em 31 de março de 2021 refere-se basicamente a bandeira tarifária faturada em março e fevereiro (amarela) de 2021 e ainda não homologadas pela Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias ("CCRBT"). O saldo de 31 de dezembro de 2020 refere-se basicamente a bandeira tarifária (vermelha patamar 2) faturada em dezembro de 2020 e homologada durante o primeiro trimestre de 2021.

### ( 20 ) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b><u>Circulante</u></b>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	1.718	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	628	5.157
<b>Imposto de renda e contribuição social a recolher</b>	<b><u>2.346</u></b>	<b><u>5.157</u></b>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	306.697	305.905
Programa de integração social - PIS	12.365	12.352
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	57.268	57.227
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	-	15.556
Outros	15.001	15.063
<b>Outros impostos, taxas e contribuições a recolher</b>	<b><u>391.330</u></b>	<b><u>406.104</u></b>
<b>Total</b>	<b><u>393.676</u></b>	<b><u>411.261</u></b>

A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 21.

**Notas Explicativas****( 21 ) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	31/03/2021		31/12/2020	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
<b>Trabalhistas</b>	74.381	23.223	72.655	23.728
<b>Cíveis</b>	67.312	20.149	65.438	20.574
<b>Fiscais</b>				
Imposto de renda	-	256.111	-	255.118
Outras	2.306	95.666	3.098	97.433
	<u>2.306</u>	<u>351.777</u>	<u>3.098</u>	<u>352.551</u>
<b>Outros</b>	763	-	760	-
<b>Total</b>	<u><b>144.762</b></u>	<u><b>395.149</b></u>	<u><b>141.951</b></u>	<u><b>396.854</b></u>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/03/2021
Trabalhistas	72.655	1.907	(383)	(1.531)	1.733	74.381
Cíveis	65.438	6.689	(928)	(7.003)	3.115	67.312
Fiscais	3.098	4	(23)	(781)	8	2.306
Outros	760	-	-	-	3	763
<b>Total</b>	<u><b>141.951</b></u>	<u><b>8.601</b></u>	<u><b>(1.334)</b></u>	<u><b>(9.315)</b></u>	<u><b>4.859</b></u>	<u><b>144.762</b></u>

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros e depósitos judiciais estão apresentados na nota 21 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

**Perdas possíveis:** A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estavam assim representadas:

	31/03/2021	31/12/2020	Principais causas
Trabalhistas	121.590	113.315	Acidentes de trabalhos, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	569.305	536.279	Danos pessoais e majoração tarifária
Fiscais	1.649.333	1.659.044	Imposto de Renda e Contribuição Social (nota 20)
Fiscais - Outros	477.896	471.673	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatório	24.599	23.995	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômica-financeira
<b>Total</b>	<u><b>2.842.723</b></u>	<u><b>2.804.307</b></u>	

**Fiscais** - Um dos principais temas se refere a discussões sobre a dedutibilidade para imposto de renda das despesas reconhecidas em 1997 referente à novação de dívida relativa ao plano de pensão dos

## Notas Explicativas

funcionários da Companhia perante a Fundação CESP (“Vivest”) no montante estimado de R\$ 1.498.032, havendo depósitos judiciais no valor de R\$ 22.990 e garantias financeiras (seguros e fianças bancárias) no valor total de R\$ 1.845.108, nos termos exigidos pela legislação processual. Adicionalmente, discute-se juros que incidiram sobre depósito judicial levantado pela Companhia no montante de R\$ 255.696 e que se encontram depositados em juízo. Em 23 de maio, 06 de junho e 17 de setembro de 2019, o recurso especial do principal processo foi julgado perante a Segunda Turma de Direito Público do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de maneira desfavorável para a Companhia, cuja decisão foi publicada em seu integral teor em 26 de junho de 2020, sobre o qual foram opostos embargos de declaração em 04 de agosto de 2020, que aguardam julgamento. Adicionalmente, a Companhia possui um recurso extraordinário em fase inicial de tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF). Consequentemente, com base no atual estágio de tramitação do processo, tanto no STJ quanto no STF e com base na opinião de seus assessores legais, a Companhia permanece confiante nos fundamentos jurídicos apresentados e continuará os defendendo perante o Poder Judiciário, mantendo o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável, tendo no STF uma nova oportunidade de análise para o caso, focadamente constitucional, com robustos fundamentos, a indicar significativa viabilidade de êxito dos recursos extraordinários, bem como continuará tentando evitar possíveis saídas de caixa caso venha a ser requerida a substituir as garantias financeiras existentes por depósito em dinheiro.

**Trabalhistas** - No tocante às contingências trabalhistas está em discussão os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal que alterou o índice de correção monetária adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente, há decisão do STF, passível de recurso, que afastou definitivamente a aplicação da TR, índice anteriormente praticado pela Justiça do Trabalho, para aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após a citação, porém, não delimitou a temporalidade dessa aplicação para os casos sem índice definido, tampouco esclareceu a aplicação de juros, reativando os processos anteriormente suspensos. A Administração da Companhia esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões e não identificou em análise preliminar alteração material. Assim, a Companhia aguarda a publicação da decisão definitiva do STF e eventuais recursos para estimar com razoável segurança os montantes envolvidos na discussão.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

### ( 22 ) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Consumidores e concessionárias	54.966	50.913	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	186.414	175.297	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	86.863	93.064	19.560	9.199
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	18.715	15.546	-	-
Adiantamentos	38.814	56.502	5.437	5.863
Descontos tarifários - CDE	-	6.921	-	-
Juros sobre empréstimo compulsório	161	161	-	-
Folha de pagamento	4.143	7.332	-	-
Participação nos lucros	37.363	29.862	5.155	5.155
Convênios de arrecadação	49.184	49.953	-	-
Outros	8.688	5.449	1.298	1.334
<b>Total</b>	<b>485.311</b>	<b>490.999</b>	<b>31.450</b>	<b>21.552</b>

(\*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

**Programas de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento:** a Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente, em cumprimento a Medida Provisória nº 998/2020, convertida na Lei nº 14.120 em 1º de março de 2021, estabelece que entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os Programas de P&D e Eficiência Energética, não

## Notas Explicativas

comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Os recolhimentos a CDE serão realizados no dia 10 de cada mês, sendo que o primeiro recolhimento será realizado no mês de abril de 2021.

### ( 23 ) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio líquido da Companhia em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S/A	880.653.030	880.653.030	100,00
Ações em tesouraria	1	1	-
<b>Total</b>	<b>880.653.031</b>	<b>880.653.031</b>	<b>100,00</b>

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 (nota 23).

### ( 24 ) LUCRO POR AÇÃO

#### Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020 foi baseado no lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores e o número de ações ordinárias em circulação durante os períodos apresentados:

	1° Trimestre 2021	1° Trimestre 2020
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	246.813	308.659
<b>Denominador</b>		
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	880.653.031	880.653.031
<b>Lucro líquido básico por ação ordinária - R\$</b>	<b>0,28</b>	<b>0,35</b>

Para os trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

## Notas Explicativas

**( 25 ) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	Nº de Consumidores		GWh		R\$ mil	
	31/03/2021	31/03/2020	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020
<b>Receita de operações com energia elétrica</b>						
<b>Classe de consumidores</b>						
Residencial	4.310.703	4.209.298	2.725	2.564	2.068.234	1.813.964
Industrial	26.665	27.303	521	533	346.309	327.787
Comercial	239.212	244.038	1.002	1.102	714.254	725.732
Rural	81.075	81.730	243	233	128.843	104.926
Poderes públicos	28.981	28.497	157	176	104.765	107.580
Iluminação pública	6.748	8.616	251	252	108.201	102.488
Serviço público	5.224	5.085	315	308	187.267	163.210
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>4.698.608</b>	<b>4.604.567</b>	<b>5.214</b>	<b>5.168</b>	<b>3.657.873</b>	<b>3.345.687</b>
Consumo próprio	459	453	6	6	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	25.451	2.959
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(1.634.948)	(1.470.943)
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>	<b>4.699.067</b>	<b>4.605.020</b>	<b>5.219</b>	<b>5.173</b>	<b>2.048.376</b>	<b>1.877.703</b>
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas			48	53	14.667	16.433
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo			-	-	(2.487)	(1.868)
Energia elétrica de curto prazo			445	576	68.868	103.638
<b>Suprimento de energia elétrica</b>			<b>493</b>	<b>629</b>	<b>81.048</b>	<b>118.203</b>
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					1.637.435	1.472.812
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					490.439	408.696
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos					(15.141)	(8.936)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					246.226	170.302
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 9)					103.559	(191.245)
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11)					99.105	55.664
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares					134.360	123.346
Outras receitas e rendas					57.045	49.383
<b>Outras receitas operacionais</b>					<b>2.753.028</b>	<b>2.080.022</b>
<b>Total da receita operacional bruta</b>					<b>4.882.452</b>	<b>4.075.927</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>						
ICMS					(772.520)	(688.759)
PIS					(74.922)	(64.056)
COFINS					(345.094)	(295.046)
ISS					(129)	(140)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(476.836)	(442.764)
Programa de P & D e eficiência energética					(28.237)	(24.149)
PROINFRA					(19.928)	(21.852)
Bandeiras tarifárias e outros					(2.833)	100.158
Outros					(3.346)	(3.081)
					<b>(1.723.845)</b>	<b>(1.439.690)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>					<b>3.158.607</b>	<b>2.636.237</b>

**25.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos**

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 25.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

**25.2 - Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) e Revisão Tarifária Periódica (“RTP”)**

Em 08 de abril de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.670/2020, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, em 14,90%, sendo 6,09% referentes ao reajuste tarifário econômico e 8,80% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores foi de 6,05%.

Em 02 de abril de 2019, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.526, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 08 de abril de 2019, em 12,02%, sendo 2,95% referentes ao reajuste tarifário econômico e 9,07% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 8,66%.

**25.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários**

No primeiro trimestre de 2021 e 2020, foi registrada receita de R\$ 134.360 (R\$ 123.346 no primeiro trimestre de 2020), sendo (i) R\$ 19.309 (R\$ 14.246 no primeiro trimestre de 2020) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 104.186 (R\$ 103.953 no primeiro trimestre de 2020) referentes a descontos tarifários, (iii) R\$ 10.865 (R\$ 5.129 no primeiro trimestre de 2020) de subvenção CCRBT e (iv) R\$ 18 no primeiro trimestre de 2020 de desconto tarifário – liminares.

## Notas Explicativas

### 25.4 – Conta de desenvolvimento energético – (“CDE”)

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória (“REH”) n° 2.814, de 01 de dezembro de 2020, (“REH”) n° 2.833, de 17 de fevereiro de 2021, estabeleceu as quotas mensais provisórias da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, relativas à competência de janeiro e fevereiro de 2021, respectivamente.

Adicionalmente, por meio da Resolução Homologatória (“REH”) n° 2.834, de 02 de março de 2021, estabeleceu as quotas mensais provisórias da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, com vigência a partir da competência de março de 2021 até a aprovação do orçamento anual da CDE 2021 e respectivas quotas anuais.

### ( 26 ) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$ mil	
	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020
<b><u>Energia comprada para revenda</u></b>				
Energia de Itaipu Binacional	1.156	1.217	434.253	407.228
PROINFA	105	115	47.073	32.669
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	5.652	5.585	1.242.879	1.138.911
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(150.850)	(141.481)
<b>Subtotal</b>	<b>6.913</b>	<b>6.917</b>	<b>1.573.356</b>	<b>1.437.328</b>
<b><u>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</u></b>				
Encargos da rede básica			352.386	245.263
Encargos de transporte de Itaipu			36.922	31.215
Encargos de conexão			7.317	6.863
Encargos de uso do sistema de distribuição			4.754	4.288
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			165.235	7.375
Encargos de energia de reserva - EER			16.239	-
Crédito de PIS e COFINS			(53.913)	(27.287)
<b>Subtotal</b>			<b>528.941</b>	<b>267.717</b>
<b>Total</b>			<b>2.102.297</b>	<b>1.705.045</b>

(\*) Conta de energia de reserva

## Notas Explicativas

### ( 27 ) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Despesas operacionais											
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020
Pessoal	72.097	69.100	-	-	10.386	12.462	19.625	19.184	-	-	102.108	100.746
Entidade de previdência privada	40.012	31.238	-	-	-	-	-	-	-	-	40.012	31.238
Material	18.488	13.592	157	140	42	340	1.149	4.446	-	-	19.836	18.518
Serviços de terceiros	35.740	29.891	480	554	33.301	32.336	32.174	27.316	-	-	101.694	90.097
Custos com construção da infraestrutura	-	-	246.226	170.302	-	-	-	-	-	-	246.226	170.302
Outros	534	352	22	-	11.075	11.799	18.876	22.603	680	6.309	31.187	41.063
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	11.017	11.719	-	-	-	-	11.017	11.719
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	469	476	-	-	469	476
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	1.084	1.106	-	-	1.084	1.106
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	12.739	17.237	-	-	12.739	17.237
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	337	326	-	-	337	326
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	(108)	5.496	(108)	5.496
Outros	534	352	22	-	58	80	4.247	3.459	787	813	5.648	4.704
<b>Total</b>	<b>166.870</b>	<b>144.173</b>	<b>246.885</b>	<b>170.996</b>	<b>54.805</b>	<b>56.938</b>	<b>71.824</b>	<b>73.549</b>	<b>680</b>	<b>6.309</b>	<b>541.064</b>	<b>451.964</b>

**Notas Explicativas****( 28 ) RESULTADO FINANCEIRO**

	<b>1º Trimestre 2021</b>	<b>1º Trimestre 2020</b>
<b>Receitas</b>		
Rendas de aplicações financeiras	5.877	11.130
Acréscimos e multas moratórias	40.307	39.033
Atualização de créditos fiscais	583	951
Atualização de depósitos judiciais	1.516	3.295
Atualizações monetárias e cambiais	30.023	105.993
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	1.057	1.964
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	-	5.166
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(4.091)	(3.954)
Outros	5.845	4.564
<b>Total</b>	<b>81.117</b>	<b>168.144</b>
<b>Despesas</b>		
Encargos de dívidas	(44.692)	(50.482)
Atualizações monetárias e cambiais	(64.880)	(23.189)
(-) Juros capitalizados	3.428	2.295
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 9)	(2.750)	-
Outros	(3.342)	(5.142)
<b>Total</b>	<b>(112.236)</b>	<b>(76.516)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(31.120)</b>	<b>91.627</b>

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 178.355 no primeiro trimestre de 2021 (R\$ 659.255 no primeiro trimestre de 2020) (nota 31).

**( 29 ) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

Informações de acionistas controladores, principais naturezas e transações estão descritas na nota 29 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no primeiro trimestre de 2021, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1) - Partes Relacionadas foi de R\$ 1.826 (R\$ 2.589 no primeiro trimestre de 2020). Este valor é composto por R\$ 1.771 (R\$ 2.500 no primeiro trimestre de 2020) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 55 (R\$ 89 no primeiro trimestre de 2020) de outros benefícios pós-emprego de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

**Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia:**

Empresas	Passivo	Despesa / Custo	
	31/12/2020	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020
<b>Encargos - Rede básica</b>			
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	37.274	28.653
<b>Intangível, materiais e prestação de serviço</b>			
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	100	-	-

## Notas Explicativas

## Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A.:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa / custo	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2020
<b>Alocação de despesas entre empresas</b>								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-	(39)	(39)
CPFL Comercialização Cone Sul S.A.	-	-	-	-	-	-	(1)	-
CPFL Brasil Varejista S.A.	-	1	-	-	-	-	(1)	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	1.043	1.045	1.342	1.283	-	-	1.121	480
Companhia Jaguarí de Energia	590	576	163	208	-	-	(1.433)	(1.412)
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	2.115	1.868	255	345	-	-	(5.707)	(5.740)
CPFL Geração de Energia S.A.	62	-	-	-	-	-	(28)	(41)
CPFL Energia S.A.	-	58	-	-	-	-	(197)	(182)
CPFL Renováveis - Consolidado	2	-	-	-	-	-	(56)	(42)
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	104	-	13	-	-	-	-	-
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	7	-	-	-	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	-	-	(5)	(5)
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	-	-	-	(1)	-
CPFL GD S.A.	-	-	-	-	-	-	(1)	-
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	-	-	(1)	-
<b>Arrendamento e aluguel</b>								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	52	49	-	-
CPFL Comercialização Cone Sul S.A.	-	-	-	-	1	1	-	-
CPFL Brasil Varejista S.A.	-	-	-	-	1	1	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	-	252	236	-	-
Companhia Jaguarí de Energia	-	-	-	-	30	28	-	-
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	-	-	-	-	30	28	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	37	52	-	-
CPFL Centrais Geradoras Ltda.*	-	-	-	-	1	1	-	-
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	-	1	-	-
Sul Geradora Participações	-	-	-	-	-	1	-	-
CPFL Renováveis - Consolidado	32	-	-	-	75	52	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	24	-	-	-	14	-	-	-
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	-	-	75	132	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	7	6	-	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	-	1	1	-	-
CPFL GD S.A.	-	-	-	-	1	1	-	-
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	1	1	-	-
<b>Dividendos/Juros sobre o capital próprio</b>								
CPFL Energia S.A.	-	-	230.843	230.843	-	-	-	-
<b>Intangível, materiais e prestação de serviço</b>								
Companhia Piratininga de Força e Luz	131	131	-	-	-	-	-	-
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	-	212	9	2	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (*)	1.309	1.120	24.304	21.269	-	95	65.397	11.433
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	21	21	2.790	2.805	-	-	9.057	6.693
Nect Serviços Administrativos de Infraestrutura Ltda	-	-	537	509	-	-	1.581	1.355
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	27	-	-	30	-	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	446	1.083	-	85	2.779	1.316
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	978	978	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda.	-	-	485	468	-	-	1.399	1.319
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda.	-	-	411	436	-	-	1.248	989
Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logísticas Ltda.	-	-	440	418	-	-	1.290	1.228
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	36	19	-	-	65	60	-	-
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	20	20	-	-	67	67	-	-
<b>Compra e venda de energia e encargos</b>								
Companhia Piratininga de Força e Luz	1.648	1.617	-	-	4.900	4.264	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	37.130
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	22	22	-	-	64	62
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	4.841	11.339	-	-	19.874	7.621
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	482	362	-	-	1.076	1.053
Campos Novos Energia S.A.	-	-	43.416	44.888	-	-	66.228	59.665
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	11.344	11.344	-	-	32.933	31.177
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	29.044	29.020	-	-	82.153	77.939
CPFL Renováveis - Consolidado	612	333	14.532	14.505	1.219	1.367	42.184	3.220
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	6	6	-	-	-	-	-	-
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	284	284	-	-	2.479	2.395
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	62	62	-	-	2.935	2.843
<b>Outros</b>								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	337	326

## (\*) Intangível, ativo contratual em curso, materiais e prestação de serviços:

Aquisição de imobilizado e intangível – A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e construção civil no período. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como ativo contratual da Companhia o montante de R\$ 1.298 no primeiro trimestre de 2021 (R\$ 26.260 no primeiro trimestre de 2020), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

## Notas Explicativas

### ( 30 ) GESTÃO DE RISCOS

As informações sobre a estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa nº 31 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

### ( 31 ) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	31/03/2021	
				Contábil	Valor Justo
<b>Ativo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	841.320	841.320
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	404.849	404.849
Derivativos	31	(a)	Nível 2	821.932	821.932
Ativo financeiro da concessão	11	(a)	Nível 3	4.342.870	4.342.870
<b>Total</b>				<b>6.410.971</b>	<b>6.410.971</b>
<b>Passivo</b>					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	969.068	969.068
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	3.323.156	3.323.156
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (***)	2.194.206	2.167.154
<b>Total</b>				<b>6.486.430</b>	<b>6.459.378</b>

(\*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(\*\*) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho de R\$ 63.306 no 1º Trimestre de 2021 (um ganho de R\$ 67.601 no 1º Trimestre de 2020).

(\*\*\*) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

#### Legenda

##### Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) contas a receber – CDE; (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados; (iv) serviços prestados a terceiros; (v) convênios de arrecadação; e (vi) ativo financeiro setorial.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) taxas regulamentares; (iii) consumidores, concessionárias e permissionárias a pagar; (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT; (v) Empresa de Pesquisa Energética – EPE; (vi) Programa Nacional de

## Notas Explicativas

Conservação de Energia Elétrica – PROCEL; (vii) convênios de arrecadação; (viii) descontos tarifários – CDE e (ix) passivo financeiro setorial.

Adicionalmente, não houve no primeiro trimestre de 2021, transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

### a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado no primeiro trimestre de 2021 de R\$ 103.516 (R\$ 57.140 no primeiro trimestre de 2020), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 11.

### b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de uma, é considerada o menor rating entre elas. A Administração não identificou para o trimestre findo em 31 de março de 2021 e exercício de 2020 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 16). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de março de 2021 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)		Valores a custo, líquidos <sup>(1)</sup>	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nacional
	Ativo	Valores justos, líquidos						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo								
Hedge variação cambial								
Empréstimos bancários - Lei 4.131	530.524	530.524	535.993	(5.468)	US\$ + (Libor 3 meses + 0,95% a 0,99%) ou (2,39% a 3,66%)	106,4% a 116% do CDI ou CDI + 0,80% a 0,89%	mai/19 a fev/25	1.249.297
Empréstimos bancários - Lei 4.131	291.408	291.408	343.930	(52.522)	Euro + 0,43% a 0,79%	103,5% do CDI ou CDI + 0,58 a 1,10%	fev/22 a mar/23	1.289.380
<b>Total</b>	<b>821.932</b>	<b>821.932</b>	<b>879.923</b>	<b>(57.991)</b>				
<b>Circulante</b>	<b>194.602</b>							
<b>Não circulante</b>	<b>627.330</b>							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.

<sup>(1)</sup> Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nacional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

## Notas Explicativas

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2020	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado		Saldo em 31/03/2021
			Liquidação	
<b>Derivativos</b>				
Para dívidas designadas a valor justo	615.544	265.386	(1.007)	879.923
Marcação a mercado (*)	28.099	(86.090)	-	(57.991)
<b>Total</b>	<b>643.643</b>	<b>179.296</b>	<b>(1.007)</b>	<b>821.932</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>22.459</b>			<b>194.602</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>621.184</b>			<b>627.330</b>

(\*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2021 refere-se aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: perda de R\$ 86.090 para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 16).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para o primeiro trimestre de 2021 e 2020, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de receita e despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente	
	1º Trimestre	1º Trimestre	1º Trimestre	1º Trimestre
	2021	2020	2021	2020
Varição cambial	265.386	588.442	-	-
Marcação a mercado	(87.031)	70.813	941	(108)
<b>Total</b>	<b>178.355</b>	<b>659.255</b>	<b>941</b>	<b>(108)</b>

### c) Ativos financeiros da concessão

Em função Companhia ter classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como mensurados pelo valor justo por meio de resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis e não existe um mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

### d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros, que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

### e) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está

## Notas Explicativas

quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

### e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de março de 2021 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(1.755.890)		(33.082)	414.161	861.404
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.802.865		33.967	(425.241)	(884.449)
	<b>46.975</b>	baixa dolar	<b>885</b>	<b>(11.080)</b>	<b>(23.045)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(1.567.265)		(43.643)	359.084	761.811
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.601.496		44.596	(366.927)	(778.450)
	<b>34.231</b>	baixa euro	<b>953</b>	<b>(7.843)</b>	<b>(16.639)</b>
<b>Total</b>	<b>81.205</b>		<b>1.839</b>	<b>(18.922)</b>	<b>(39.683)</b>
<b>Efeitos no resultado abrangente acumulado</b>			<b>495</b>	<b>(5.777)</b>	<b>(12.048)</b>
<b>Efeitos no resultado do período</b>			<b>1.344</b>	<b>(13.146)</b>	<b>(27.636)</b>

(a) A taxa de cambio considerada em 31.03.2021 foi de R\$ 5,76 para o dólar e R\$ 6,76 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 5,87 e R\$ 6,95 e a depreciação cambial de 1,88% e 2,78%, do dólar e do euro respectivamente em 31.03.2021.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro e, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

### e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de março de 2021 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	taxa no período	taxa Cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	795.996				42.029	52.536	63.043
Instrumentos financeiros passivos	(1.389.574)				(73.369)	(91.712)	(110.054)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(2.582.429)				(136.352)	(170.440)	(204.528)
	<b>(3.176.006)</b>	alta CDI	<b>2,23%</b>	<b>5,28%</b>	<b>(167.692)</b>	<b>(209.616)</b>	<b>(251.539)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(1.799.255)				(100.398)	(75.299)	(50.199)
Ativo financeiro da concessão	4.342.870				242.332	181.749	121.166
	<b>2.543.615</b>	baixa IPCA	<b>6,10%</b>	<b>5,58%</b>	<b>141.934</b>	<b>106.450</b>	<b>70.967</b>
Ativos e passivos financeiros setoriais	273.667				14.450	10.837	7.225
Instrumentos financeiros ativo	404.849				21.376	16.032	10.688
	<b>678.517</b>	baixa SELIC	<b>2,23%</b>	<b>5,28%</b>	<b>35.826</b>	<b>26.869</b>	<b>17.913</b>
<b>Total</b>	<b>46.125</b>				<b>10.068</b>	<b>(76.297)</b>	<b>(162.659)</b>
<b>Efeitos no resultado abrangente acumulado</b>					<b>(486)</b>	<b>(607)</b>	<b>(729)</b>
<b>Efeitos no resultado do período</b>					<b>10.554</b>	<b>(75.690)</b>	<b>(161.930)</b>

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

Adicionalmente, as dívidas com exposição a indexadores pré-fixados gerariam uma receita de R\$ 99.467.

### f) Risco de crédito

Risco de crédito é o da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é

## Notas Explicativas

principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

### Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

<b>Classe</b>	<b>Dias</b>	<b>Período</b>
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PDD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PDD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PDD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PDD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

### Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, além dos efeitos da pandemia causada pelo COVID 19 e que estão considerados em nossa metodologia de cálculo, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

## Notas Explicativas

### Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA- (nota 31 b).

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para o primeiro trimestre de 2021 e exercício de 2020 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

### Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA- (nota 31 b), baseado nas principais agências de *rating* de crédito do mercado. A Administração não identificou para o primeiro trimestre de 2021 e exercício de 2020 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

## **(32) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA**

No primeiro trimestre findo em 31 de março de 2021, a Companhia possuía um valor de R\$ 3.428 (R\$ 2.295 no primeiro trimestre de 31 de março de 2020) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 28).

## **(33) EVENTO SUBSEQUENTE**

### **33.1 – Novas medidas regulatórias para preservação do serviço público de distribuição de energia elétrica**

Em 01 de abril de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Normativa (REN) N° 928, aprovada em 26 de março de 2021, que revoga as REN N° 878 de 24 de março de 2020, REN N° 886 de 15 de Junho de 2020 e a REN N° 886 de 21 de Julho de 2020. Além disso, estabelece novos procedimentos comerciais a serem adotados pelas distribuidoras para enfrentamento a segunda onda de COVID 19 entre a data de sua publicação até 30 de junho de 2021. Dentre as medidas, as mais relevantes são a restrição de suspensão de cortes por inadimplência para as subclasses residenciais de baixa renda até 30 de junho, além de regras específicas a serem atendidas para que possam ser efetuados os cortes nas demais classes consumidoras e restrições na cobrança de multa e juros por inadimplência.

### **33.2 Reajuste Tarifário Anual (“RTA”)**

Em 22 de abril de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) N° 2.854, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, em,17,62%, sendo 19,53% referentes ao reajuste tarifário econômico e -1,91% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 8,95%.

Como o reajuste tarifário foi postergado até o dia 22 de abril de 2021 por meio da Resolução Homologatória n° 2.831/2021, para que fossem finalizados os cálculos pela ANEEL, as tarifas apresentadas na Resolução Homologatória n° 2.670/2020 ficaram vigentes até o dia 21/04.

**Notas Explicativas**

---

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

**LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO**  
Presidente

**YUEHUI PAN**  
Vice Presidente

**LUIZ HENRIQUE DE SOUZA**  
Conselheiro

---

**DIRETORIA**

---

**ROBERTO SARTORI**  
Diretor Presidente

**YUEHUI PAN**  
Diretor Financeiro  
e de Relações com Investidores

**RAFAEL LAZZARETTI**  
Diretor Comercial

**OSVANIL OLIVERIA PEREIRA**  
Diretor de Operações

**ANDRÉ LUIZ GOMES DA SILVA**  
Diretor de Assuntos Regulatórios

**FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO**  
Diretor Administrativo

---

**DIRETORIA DE CONTABILIDADE**

---

**SÉRGIO LUIS FELICE**  
Diretor de Contabilidade  
CT CRC 1SP192.767/O-6

**ANA PAULA PERESSIM DE PAULO**  
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras  
CT CRC 1SP217200/O-6

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Telles, 977 - 10º andar, Cambuí

13024-001 - Campinas/SP – Brasil

Edifício Dahruj Tower

Caixa Postal 737 - CEP 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000, Fax +55 (19) 3198-6205

www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Acionistas da Companhia Paulista de Força e Luz

Campinas - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Paulista de Força e Luz (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 10 de maio de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP027612/O-4

Marcio José dos Santos

Contador CRC 1SP252906/O-0

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### **DECLARAÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Paulista de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte - Jardim Professora Tarcilla - CEP 13087-397, na cidade de Campinas - São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 33.050.196/0001-88, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Paulista de Força e Luz do período findo em 31 de março de 2021;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Paulista de Força e Luz do período findo em 31 de março de 2021.

Campinas, 10 de maio de 2021.

Roberto Sartori

Diretor Presidente

Yuehui Pan

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Ana Paula Peressim de Paulo

Gerente de Contabilidade das Distribuidoras

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### **DECLARAÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Paulista de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte - Jardim Professora Tarcilla - CEP 13087-397, na cidade de Campinas - São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 33.050.196/0001-88, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Paulista de Força e Luz do período findo em 31 de março de 2021;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Paulista de Força e Luz do período findo em 31 de março de 2021.

Campinas, 10 de maio de 2021.

Roberto Sartori

Diretor Presidente

Yuehui Pan

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Ana Paula Peressim de Paulo

Gerente de Contabilidade das Distribuidoras